

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA POR MEIO DE PROJETOS PEDAGÓGICOS: UMA REVISÃO DE ESCOPO


ANTI-RACIST EDUCATION THROUGH PEDAGOGICAL PROJECTS: A SCOPING REVIEW

Recebido em: 24/01/2026

Aceito em: 16/02/2026

Publicado em: 29/03/2026

Renata Cristina Teixeira da Silva¹ 
Universidade La Salle

Polliana Teixeira da Silva² 
Universidade de Brasília

Resumo: O processo educacional deve contribuir para a igualdade racial e o desmantelamento do preconceito e discriminação. Trabalhar questões raciais na escola a partir da construção de projetos pedagógicos possibilita que os educandos reflitam criticamente, planejando soluções e repensando suas práticas. Esta revisão de escopo visou mapear os estudos existentes sobre projetos pedagógicos voltados para a promoção de uma educação antirracista na Educação Básica brasileira. A revisão seguiu o guia PRISMA-ScR, conforme a metodologia JBI, com buscas realizadas nas plataformas BDTD, SciELO e Portal de Periódicos CAPES. Foram selecionados nove trabalhos: dois voltados para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais, cinco direcionados para o Ensino Fundamental – Anos Finais e três voltados para o Ensino Médio, visto que um dos projetos foi implementado nos dois últimos segmentos. Os trabalhos apontaram para a eficácia dos projetos pedagógicos na ressignificação de crenças e práticas dos estudantes acerca da temática racial, especialmente quando são desenvolvidos sob uma perspectiva interdisciplinar e contando com o apoio da gestão escolar. É preciso fortalecer o diálogo entre escolas e universidades para que práticas exitosas sejam compartilhadas, a fim de promover práticas antirracistas que formem educandos aptos a transformar suas realidades.

Palavras-chave: Educação Antirracista; Pedagogia de Projetos; Interdisciplinaridade.

Abstract: It is necessary to ensure that the educational process contributes to racial equality and the dismantling of prejudice and discrimination. Working on racial issues in schools through the development of pedagogical projects allows students to reflect actively and critically, planning solutions and rethinking their practices. This scoping review aimed to map existing studies on pedagogical projects focused on promoting anti-racist education in Brazilian Basic Education. The review followed the PRISMA-ScR guidelines, based on the JBI methodology, with searches conducted in the BDTD, SciELO, and CAPES Periodicals Portal databases. Nine studies were selected, two focused on Elementary School - Early Years, five on Elementary School - Later Years, and three on High School, since one of the projects was implemented in the latter two segments. The studies pointed to the relevance and effectiveness of pedagogical projects in re-signifying students' beliefs and practices regarding racial issues, especially when developed from an interdisciplinary perspective and with the support of school management. It is necessary to strengthen the dialogue between schools and universities so that successful practices can be shared with peers, in order to promote practices for an anti-racist education that trains students capable of transforming their realities.

Keywords: Anti-Racist Education; Project-Based Learning; Interdisciplinarity.

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade La Salle (UniLaSalle). Mestre em Economia pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Supervisora Educativa em uma instituição privada de ensino. Brasil, DF, Brasília. E-mail: renatacristinasilva2708@gmail.com

² Doutoranda e mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento pela Universidade de Brasília (UnB). Orientadora Educacional em uma instituição privada de ensino. Brasil, DF, Brasília. E-mail: fraupolliana@gmail.com



INTRODUÇÃO

Ao analisar dados referentes ao acesso e à permanência de estudantes em espaços formais de educação no Brasil, percebe-se que a atualidade expõe fortemente a continuidade histórica da herança escravocrata em solo nacional. A abolição da escravatura no Brasil não foi acompanhada pela promoção de autonomia e de ferramentas de ascensão à população negra recém-liberta – pelo contrário, refinou ferramentas para perpetuar a subalternização dessa camada social, inclusive por meio da educação (Gomes, 2017; Silva, 2023).

Gonçalves e Silva (2000) apontam que, ainda que o século XIX tenha sido um período em que a efetiva construção de uma nação estaria associada à alfabetização e ao letramento da população como um todo, a situação educacional dos negros brasileiros seguiu sendo estruturada sobre os eixos da exclusão e do abandono. Os autores expõem que em 1870, houve um projeto de lei que obrigava senhores de escravos a criar e instruir crianças nascidas de mães escravizadas. No entanto, tal ato evidentemente representava uma ameaça ao poder vigente, gerando resistência entre os senhores de escravos (Fonseca, 2000). Por isso, em 1871, a aprovação da Lei do Ventre Livre foi condicionada à promulgação da Lei nº 2.040, a qual isentava os proprietários de escravos de qualquer responsabilidade quanto à instrução das crianças nascidas livres das mulheres escravizadas. Neste sentido, só seriam educadas as crianças que fossem entregues pelos proprietários ao governo, mediante robusta indenização em dinheiro (Gonçalves; Silva, 2000). Entretanto, entre 1871 e 1885, estima-se que apenas 113 crianças foram entregues ao Estado nessas condições, e o Estado pouco se mobilizou para reverter este quadro (Fonseca, 2000).

Esse breve histórico mostra que houve uma intensa precarização educacional da população negra na segunda metade do século XIX, sustentada pela passividade e conivência do Estado, o que implicou a manutenção de significativas desigualdades nos séculos seguintes. Frente a esses desafios, o século XX ampliou o debate sobre a temática racial, mais especificamente a partir da década de 70, período esse em que o Movimento Negro Unificado retomou o ativismo pela igualdade racial, pautando o direito à educação e à empregabilidade como ferramentas essenciais na transformação e ascensão social da população negra brasileira (Gomes, 2017; Silva; Chariglione, 2025).

Com o fortalecimento do debate racial, entende-se que desde o início da história documentada do Brasil, o racismo vem operando como um princípio organizador das mais variadas configurações sociais e da forma de ser e estar no mundo (Grosfoguel, 2019).



Evidentemente, essa realidade é visível, também, na educação (Ulguim *et al.*, 2025). Em 2023, a taxa de pessoas negras analfabetas era mais que o dobro daquela entre pessoas brancas: 7,1% da população negra, 3,2% da população branca (Pessoa, 2024). Além disso, dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostram que apenas 47% da população negra acima dos 25 anos de idade concluiu o Ensino Médio (Rodrigues, 2023). O referido levantamento revela que as assimetrias persistem no Ensino Superior, visto que, considerando a faixa etária entre 18 e 24 anos, apenas 15,3% das pessoas negras brasileiras estavam frequentando a universidade em 2022, em contraposição a 29,2% da população branca.

Diante disso, compreende-se que não basta apenas assegurar que pessoas negras adentrem os espaços formais de ensino, mas é preciso garantir, também, que o próprio processo educacional contribua para a igualdade racial e para o desmantelamento do preconceito e da discriminação. Sob essa ótica, Gomes (2021) afirma que existem:

apagamentos históricos e epistemológicos presentes nos currículos, nas propostas e nas práticas educacionais, tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior, que só serão superados se o campo educacional e a produção científica compreenderem-se como espaços que precisam descolonizar-se (Gomes, 2021, p. 436-437).

Em outras palavras, a função da educação-escola – entendida como a de ambientar os alunos com a sua herança cultural e mediar os processos de aquisição de conhecimento para que esses alunos possam construir e nortear sua prática social (Dantas *et al.*, 2025) – pode não estar sendo efetiva com pessoas pretas e pardas brasileiras. Afinal, se a população negra representa a maior parte da população fora dos espaços formais de ensino, cabe analisar como os processos educativos abordam a sensibilidade às iniquidades raciais enquanto um fenômeno presente na sociedade brasileira. Frente à necessidade de descolonizar os espaços de educação, faz-se fulcral refletir sobre como as práticas pedagógicas podem contribuir para a inclusão e o pertencimento dos estudantes negros nos espaços formais de ensino, bem como para a valorização e a ressignificação da presença negra na formação histórico-social brasileira.

Neste sentido, a pedagogia de projetos aparece como uma aliada promissora e potente. A pedagogia de projetos é uma abordagem pedagógica que organiza o processo de ensino e aprendizagem a partir do desenvolvimento de projetos significativos, nos quais os alunos assumem o protagonismo do processo de ensino-aprendizagem a partir da investigação de temas, da resolução de problemas e da construção de conhecimentos de forma ativa e contextualizada (Santos, 2024). Nessa perspectiva, o aprendizado deixa de ser centrado apenas

na transmissão de conteúdos e passa a valorizar a participação do estudante, suas experiências, interesses e conhecimentos prévios, promovendo uma aprendizagem mais significativa, crítica e integrada à realidade (Silva; Davi, 2018).

Do ponto de vista teórico, a pedagogia de projetos tem forte embasamento no construtivismo, especialmente nas contribuições de Jean Piaget, que defende que o conhecimento é construído pelo sujeito por meio da interação com o meio. O projeto nasce, portanto, das interações e vivências do aluno dentro do meio em que ele se insere (Born, 2023). Ao trabalhar com projetos, os alunos vivenciam situações que exigem observação, experimentação, reflexão e resolução de problemas atuais, favorecendo os processos de assimilação e acomodação e a construção ativa do conhecimento.

Além disso, renomados autores contemporâneos destacam que a pedagogia de projetos favorece a interdisciplinaridade e a contextualização do conhecimento, ao articular diferentes áreas em torno de um tema central significativo (Hernández-Hernández; Anguita, 2025). Essa abordagem rompe com a fragmentação dos conteúdos e contribui para o desenvolvimento da autonomia, do pensamento crítico e da responsabilidade dos alunos, preparando-os para compreender e atuar de forma consciente na sociedade (Mendes; Müller; Marques, 2024).

Seguindo essa linha, entende-se que a pedagogia de projetos une aspectos importantes nos âmbitos da educação, da práxis e da construção de personalidades autônomas dos estudantes, caminhando em consonância com os escritos de Paulo Freire e de Jean Piaget, os quais concordam que a educação deve ser pautada por projetos educativos questionadores, rompendo com a lógica da educação tradicional ou bancária, isto é, aquela em que o professor se coloca como detentor de todo o conhecimento e o aluno, por sua vez, é relegado ao papel de receptor passivo (Freire, 1997). Para ambos os autores, educar é, também, fornecer ferramentas para que os educandos reflitam sobre as práticas vividas e, posteriormente, consigam desenvolver ações transformadoras de suas realidades (Dongo-Montoya, 2024).

Ante o exposto, cabe afirmar que a pedagogia de projetos possui grande relevância e potencial quando articulada a questões sociais contemporâneas, a exemplo da desigualdade racial tão presente no Brasil até os dias atuais. Trabalhar questões raciais na escola a partir da construção de projetos pedagógicos, abrangendo temas relevantes como identidade, diversidade, racismo e cultura afro-brasileira, possibilita que os educandos sejam inseridos neste cenário de maneira ativa e crítica, incentivando-os a ir além de abordagens pontuais ou superficiais sobre este tema tão complexo.



Afinal, mesmo após cerca de duas décadas da implementação das Leis nº 10.639/03 (Brasil, 2003) e nº 11.645/08 (Brasil, 2008), que determinam o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as instituições de Educação Básica do país, sabe-se que muitos estudantes negros ainda se deparam com instituições e gestores educacionais que relativizam práticas discriminatórias e não manifestam reais intenções de incorporar práticas antirracistas no cotidiano escolar, dentro e fora de sala de aula (Domingues, 2025; Gonçalves, 2018). Portanto, emerge o seguinte questionamento: quais projetos pedagógicos estão sendo desenvolvidos na Educação Básica para promover uma educação antirracista no ambiente escolar? Assim, o objetivo do presente trabalho foi mapear sistematicamente as produções científicas sobre o desenvolvimento e a implementação de projetos pedagógicos na Educação Básica brasileira voltados para as questões étnico-raciais, destacando suas potencialidades e disseminando boas práticas educativas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente revisão de escopo foi realizada com base no guia internacional *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA), seguindo a extensão para revisões de escopo (PRISMA-ScR; Tricco *et al.*, 2018), e a metodologia do *Joanna Briggs Institute* (JBI). Como a pesquisa não envolveu a coleta de dados primários de seres humanos, não se fez necessária a aprovação por um comitê de ética.

Critérios de inclusão

A revisão buscou incluir estudos científicos centrados em projetos pedagógicos voltados para a promoção de uma educação antirracista em instituições de Educação Básica no Brasil. Em outras palavras, objetivou-se incluir trabalhos que discorressem sobre o desenvolvimento e a implementação de algum projeto pedagógico com tal finalidade. Foram excluídas da análise as pesquisas envolvendo situações de discriminação racial no espaço escolar, práticas educativas acerca de outras temáticas ou aquelas que não identificaram adequadamente a intencionalidade pedagógica das ações registradas.

Conceito

A pedagogia de projetos se apresenta como uma proposta de intervenção pedagógica em que as necessidades e possibilidades de aprendizagem afloram nas tentativas de solucionar situações-problema, incentivando os educandos a debater, a opinar e, conseqüentemente, a

construir sua autonomia e seu compromisso com o meio social por meio do seu protagonismo no processo de ensino-aprendizagem (Silva; Montenegro, 2025). Segundo Leite (1996), é uma proposta marcada pelas seguintes características: (1) é uma atividade intencional; (2) tem como pilar fundamental a responsabilidade e a autonomia dos estudantes; (3) é autêntica; (4) envolve complexidade e resolução de problemas; e (5) percorre várias etapas.

Por sua vez, a educação antirracista é entendida como um projeto cosmopolítico que almeja, dentro do ambiente escolar, estabelecer discussões e projetos que contribuam diretamente com a efetivação do direito de ser e de viver de pessoas negras no Brasil e em demais países colonizados (Alves-Brito, 2025). Ela é mais do que a aplicação de uma técnica, sendo, portanto, uma proposta epistemológica de transformação de práticas pedagógicas por meio da transversalidade da temática racial no currículo, da formação continuada de toda a equipe pedagógica e da produção de materiais e atividades que contemplem a contribuição dos povos africanos e afro-brasileiros (Santos *et al.*, 2025).

Contexto

Esta revisão de escopo abrangeu estudos da literatura científica nacional sobre projetos pedagógicos desenvolvidos para a promoção de uma educação antirracista em instituições brasileiras de Educação Básica.

Tipos de estudos

A presente revisão buscou incluir trabalhos sobre projetos pedagógicos desenvolvidos por professores e/ou equipe pedagógica de instituições de ensino da Educação Básica no Brasil, visando à promoção de uma educação antirracista no ambiente escolar. Foram excluídos todos os estudos que: (1) não atendessem aos critérios de seleção estabelecidos; (2) não fossem publicados em Língua Portuguesa; (3) tratassem de situações de discriminação racial no espaço escolar; (4) tratassem de práticas educativas voltadas para outras questões sociais; (5) tratassem da questão étnico-racial na escola, porém sem discorrer sobre algum projeto pedagógico desenvolvido para trabalhar com a temática; (6) tratassem de formações para docentes e gestores escolares; (7) fossem publicados como revisões de literatura, protocolos de estudo, editoriais ou relatórios; (8) fossem realizados fora do Brasil. Artigos não revisados por pares, ou caracterizados como literatura cinzenta, não foram incluídos nesta revisão. Frente à escassez de publicações sobre o tema, as buscas não foram limitadas por data de publicação.

Estratégias de busca

Foi empregada uma estratégia de busca dividida em fases, seguindo as recomendações para todos os tipos de revisões JBI (Aromataris *et al.*, 2024). Primeiramente, a revisão foi constituída por uma busca inicial limitada na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), seguida por uma análise abrangente de títulos, resumos e termos de indexação dos trabalhos encontrados. Essa análise preliminar viabiliza a identificação de palavras-chave e cabeçalhos de assuntos relevantes, bem como a realização de buscas amplas em todos os bancos de dados relevantes na ciência.

Posteriormente, foi realizada uma nova busca, em dezembro de 2025, incluindo todos os termos de busca e termos de indexação identificados. Apenas estudos em Língua Portuguesa foram incluídos na revisão. Os bancos de dados pesquisados incluíram a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a SciELO e o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vide a relevância das referidas plataformas na área de Educação no cenário científico nacional. Diante da baixa quantidade de produções sobre a temática em questão, optou-se pela não delimitação de um período de busca, bem como pela utilização de uma expressão reduzida, com o objetivo de abranger a maior quantidade de produções científicas. A expressão adotada como estratégia de busca aplicada individualmente a cada banco de dados foi: (“pedagogia de projetos” OU “projeto pedagógico” OU “projeto escolar”) E (“educação antirracista” OU “relações raciais” OU “diversidade étnico-racial” OU “letramento racial”).

Seleção de estudos

Para organizar os estudos provenientes de diferentes bases de dados, remover duplicatas, extrair dados relevantes e registrar as decisões tomadas, foram utilizados o *software* Zotero e uma planilha do Microsoft Excel. Ambas as ferramentas foram avaliadas e revisadas às cegas por duas revisoras independentes. Os títulos e resumos foram selecionados para avaliação de acordo com os critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos. Após essa etapa, as produções que atenderam aos critérios de inclusão foram integralmente recuperadas e examinadas por ambas as revisoras RCTS e PTS.

Extração de estudos

Os dados foram extraídos por meio do Microsoft Excel, incluindo informações relevantes sobre título, autores, ano de publicação, resumo, público-alvo, principais ações e objetivos dos projetos pedagógicos.



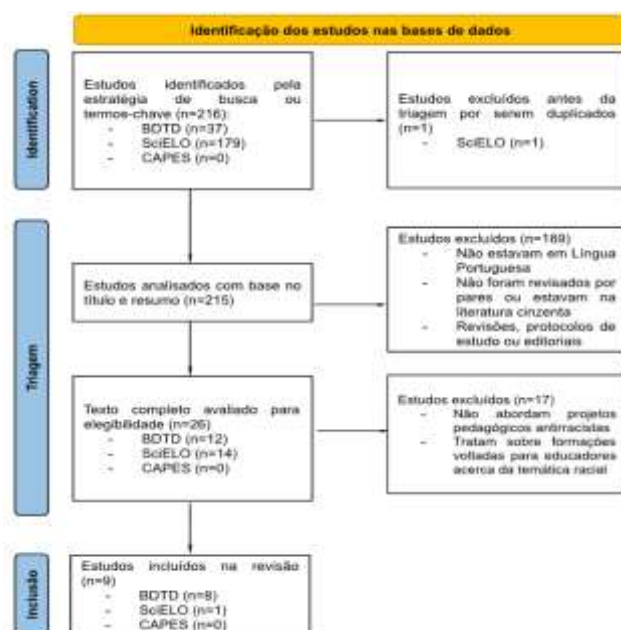
Análise e apresentação de dados

Mapeou-se a literatura selecionada em termos de tipo de produção e características, com base no objetivo da presente revisão de escopo. A partir da leitura das diretrizes do “Manual JBI para Síntese de Evidências” (Peters *et al.*, 2021), o mapeamento desta etapa envolveu a extração de dados dos resumos de cada trabalho relativos a título, autor, ano de publicação, público-alvo, principais ações e objetivos dos projetos pedagógicos abordados. As revisoras extraíram os referidos dados e os mapearam na tabela de extração de dados, ao passo que um terceiro revisor verificou os dados extraídos.

RESULTADOS

A busca inicial ocorreu em dezembro de 2025, acompanhada pela análise minuciosa das produções selecionadas nas referidas bases de dados. A partir do uso da expressão nas três plataformas, foram identificados 216 trabalhos, sendo 37 na BDTD e 179 na SciELO. Não foram encontrados estudos no Portal de Periódicos da CAPES. Posteriormente, um estudo foi excluído por ser duplicata, e os 215 restantes foram submetidos à inspeção dos títulos, resumos e principais achados, seguindo os critérios de inclusão supramencionados. Após todo o procedimento de triagem, foram selecionadas nove produções aptas à revisão e inclusão de texto completo. O fluxograma PRISMA-ScR (Tricco *et al.*, 2018), representado na Figura 1, demonstra o processo de identificação e de seleção das produções incluídas nesta revisão de escopo.

Figura 1 – Fluxograma PRISMA-ScR ilustrando o processo de triagem para a revisão de escopo.



Fonte: elaborado pelos autores (2026).

Após a aplicação dos filtros, os nove estudos que integraram a presente revisão se tratam de um artigo científico, uma tese de doutorado e sete dissertações de mestrado. O Quadro 1 apresenta uma visão geral dos trabalhos selecionados, em ordem alfabética dos autores.

Quadro 1 – Características dos trabalhos selecionados para a presente revisão de escopo.

Referência	Tipo de estudo	Público-alvo	Áreas envolvidas	Principais ações do projeto
Chikushi (2022)	Dissertação	Ensino Médio	Sociologia	Aulas, debates e pesquisas conjuntas
Conceição (2022)	Dissertação	Ensino Fundamental - Anos Finais	Gestores e toda a equipe docente	Leituras mediadas, debates e produções artísticas
Costa <i>et al.</i> (2024)	Artigo científico	Ensino Médio	Química	Debates e intervenções associando química à história da ciência africana
Mendonça (2020)	Dissertação	Ensino Fundamental - Anos Iniciais	Interdisciplinar (Língua Portuguesa, Literatura, Ciências, História, Geografia, Arte e Formação Humana)	Contação de histórias, produções artísticas, debates, exibição de filmes e participação em oficinas
Oliveira (2017)	Dissertação	Ensino Fundamental - Anos Finais	Interdisciplinar (Língua Portuguesa e História)	Debates, leitura de livros paradidáticos e a confecção de um jornal
Oliveira (2022)	Tese	Ensino Fundamental - Anos Finais	Interdisciplinar (Geografia, História, Língua Portuguesa e AEE)	Rodas de conversa com convidados externos e leitura coletiva do livro Diário de Bitita
Ribeiro (2016)	Dissertação	Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio	Gestores e toda a equipe docente	Leituras de textos e músicas, e apresentações artísticas
Rocha (2022)	Dissertação	Ensino Fundamental - Anos Iniciais	Educação Física	Aulas semanais para abordar a história da dança dos povos africanos
Soares (2023)	Dissertação	Ensino Fundamental - Anos Finais	Interdisciplinar (Educação Física, Arte, Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Articulação e Saberes)	Aulas, debates e oficinas

Fonte: elaborado pelos autores (2026).

Dentre os trabalhos selecionados, o mais antigo se trata de uma dissertação datada de 2016. Destaca-se que seis estudos (aproximadamente 66,7% da amostra) foram publicados nos últimos cinco anos, evidenciando o caráter recente da sistematização dessa temática no meio

científico. Mais do que a simples descrição dos números, o Quadro 1 revela um possível afastamento entre os projetos pedagógicos da Educação Básica e a produção de conhecimento científico, sugerindo a necessidade de maior fomento a pesquisas que investiguem boas práticas e ações educacionais na promoção de uma educação antirracista no Brasil.

Além disso, percebe-se que nenhum projeto pedagógico abordado nos estudos científicos foi voltado para a Educação Infantil, e apenas dois foram desenvolvidos com crianças do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, ao passo que cinco foram elaborados para o Ensino Fundamental - Anos Finais e três para o Ensino Médio, visto que um dos estudos selecionados tratou sobre um projeto pedagógico voltado para os dois últimos segmentos da Educação Básica. Este achado aponta para uma lacuna na compreensão acerca das práticas pedagógicas voltadas para a promoção de uma educação antirracista com as crianças da Educação Infantil, elucidando o fato de que, muitas vezes, produz-se mais sobre discriminação racial entre crianças na pré-escola do que sobre ações que visem reduzir tais episódios.

Por último, é possível apreender que seis dos nove projetos pedagógicos analisados foram desenvolvidos sob uma ótica interdisciplinar, com diferentes membros da equipe docente e pedagógica envolvidos nas ações. Percebe-se que, nestes casos, as atividades desenvolvidas se apresentam de maneira mais diversa, abordando ações variadas para trabalhar a potência e a visibilidade da negritude sob diversas óticas, como, por exemplo, por meio de debates, produções artísticas e leituras coletivas. Na seção subsequente, serão apresentadas e discutidas algumas reflexões acerca dos achados supramencionados.

DISCUSSÃO

O aumento recente da produção acadêmica sobre aspectos relacionados à negritude, não apenas na Educação, mas também em outras grandes áreas do conhecimento, é um reflexo direto da implementação das ações afirmativas instituídas em centros de pós-graduação nas últimas décadas, tais como a Lei de Cotas (Lei nº 12.711), a qual vem ampliando o acesso da população negra à educação superior brasileira e, conseqüentemente, viabilizando a construção de conhecimentos não-hegemônicos e diversificando a ciência brasileira (Silva; Chariglione, 2025). Porém, embora seja crescente o número de publicações acerca da realidade da população negra brasileira, lacunas significativas ainda se mostram presentes.

Antes de aprofundar a análise nos projetos em si, faz-se fulcral discorrer sobre a ausência de literatura sobre o tema na Educação Infantil, ainda que sejam crescentes os estudos sobre a pertinência de projetos pedagógicos voltados para esse segmento (Born, 2023). No que



tange às questões raciais na Educação Infantil, já existem vários estudos que indicam que crianças de até três anos de idade são capazes, por exemplo, de discernir características raciais, e que essa habilidade se apresenta de maneira diferente a depender da identificação étnico-racial: crianças brancas tendem a se identificar com mais precisão, bem como a preferir colegas da mesma cor (Escayg, 2019; Souza, 2023). E, como a infância é marcada pelo início do processo de internalização de emoções, os impactos do racismo estrutural começam, também, a ser internalizados por crianças negras por meio das narrativas eurocêntricas e das relações sociais (Vygotsky, 1998).

Entende-se, portanto, que ao adentrarem um espaço formal de ensino pela primeira vez, as crianças já portam uma bagagem significativa de crenças, valores e cultura, as quais devem ser trabalhadas pelos docentes em prol da promoção de uma educação emancipatória, conforme previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). É a partir dessa perspectiva que Dantas e Barbosa (2025) defendem que trabalhar questões raciais na Educação Infantil significa ensinar crianças brancas a respeitarem as diferenças, e contribuir para que crianças negras fortaleçam suas identidades. Desse modo, a ausência de produções sobre projetos pedagógicos dentro dessa temática voltados para a Educação Infantil suscita o questionamento: considerando que crianças, desde o início de suas vidas, já vêm construindo representações, ideias e crenças acerca dos diferentes grupos étnico-raciais, como essas questões vêm sendo abordadas no espaço escolar com os estudantes de até cinco anos de idade, a fim de dirimir a reprodução e a perpetuação de possíveis preconceitos e estereótipos?

Já no Ensino Fundamental - Anos Iniciais, alguns relances são fornecidos. A presente revisão de escopo aponta um dado relevante: de acordo com o que foi cientificamente produzido até o momento, as crianças só tendem a participar de projetos pedagógicos voltados para uma educação antirracista em sala regular a partir do 5º ano do Ensino Fundamental - Anos Iniciais; isto é, aos dez anos de idade. Isso porque, dentre os dois projetos voltados para o referido segmento, apenas o estudo de Mendonça (2020) se refere a um projeto pedagógico realizado em sala e turno regular, com a participação de todos os alunos regularmente matriculados e diversos membros da equipe pedagógica e docente, sendo direcionado exclusivamente para uma turma do 5º ano da referida instituição de ensino. O projeto estudado por Rocha (2022), por sua vez, abrange estudantes de todo o Ensino Fundamental - Anos Iniciais; contudo, trata-se de um projeto extracurricular, do qual somente os estudantes interessados participam no contraturno.



O trabalho apresentado por Mendonça (2020) é interessante por ter sido desenvolvido na escola pela própria autora, que foi a professora responsável pela turma do 5º ano em 2019. O seu projeto de afroletramento consistiu em desenvolver, ao longo do primeiro semestre letivo do ano, atividades diversas como debates, produções artísticas, exibição de filmes e contação de histórias nos mais diversos componentes curriculares, a fim de, como o próprio termo já explica, mediar um processo de letramento dos estudantes acerca da temática étnico-racial a partir de conteúdos do seu interesse. Em meio ao seu relato, a autora expõe que idealizou o projeto após identificar falas e ações discriminatórias vindas de seus estudantes brancos, levantando novamente a discussão sobre a importância de iniciar os trabalhos sobre a questão racial no início da vida escolar, buscando reduzir tais episódios.

O estudo de Rocha (2022) está centrado no projeto pedagógico desenvolvido por uma professora de Educação Física para alunos do 1º ao 5º ano, em suas aulas de dança. No momento em que a pesquisa foi realizada, estavam inscritas no projeto 19 crianças, sendo 18 meninas e um menino, todos entre oito e dez anos de idade. É interessante perceber que, na referida dissertação, é traçado um breve percurso histórico acerca da origem da Educação Física enquanto mecanismo de controlar e disciplinar corpos, a partir de um conceito de corporeidade branca e europeia. A autora pontua que, posteriormente, ao longo do século XX, a Educação Física ressignificou suas práticas sob a roupagem da aptidão física, porém ainda excluindo e deslegitimando práticas corporais que diferem do conceito da fisicalidade eurocêntrica, a exemplo das danças e da capoeira, que foram relegadas ao status de exotismo. Seguindo essa linha, “a não existência do corpo negro e dos seus saberes pode se fazer presente quando esse corpo é tematizado via folclorização, exotismo ou negação” (Gomes, 2017, p. 79).

Neste sentido, a professora responsável pelo projeto abordado por Rocha (2022) rompe com a lógica dominante ao ministrar aulas de Dança Afro-Brasileira Cênica (DABC) às crianças, estabelecendo diálogo constante para que as crianças entendam a história por trás dos passos e movimentos. É interessante perceber que, no decorrer das aulas, que culminam em uma apresentação final, os estudantes são convidados a desmistificar alguns estereótipos outrora expressos – deixando, por exemplo, de definir os movimentos da dança como “esquisitos” e passando a entendê-los enquanto passos “fortes” e representativos de suas culturas. Assim, percebeu-se que a DABC, quando ensinada de maneira contextualizada e crítica, contribui para a ressignificação de crenças discriminatórias contra a herança afro-brasileira, corroborando estudos que se debruçam sobre a relevância das artes na subversão da lógica colonial (Abreu, 2025).



Adentrando o espaço de análise voltado para os projetos pedagógicos realizados no Ensino Fundamental - Anos Finais, ainda no que diz respeito à interlocução entre Educação Física, arte e projetos pedagógicos sobre questões raciais, cabe discorrer sobre o projeto de Soares (2023). Novamente, o projeto foi desenvolvido pelo próprio autor da dissertação em questão, após ele identificar episódios de racismo vindos dos seus estudantes do 6º ano. Em conjunto com professores de outras disciplinas, surgiu o projeto Cultura Urbana, que tratou com os estudantes temas relacionados a esportes urbanos nas aulas de Educação Física, moda e estilo *Hip Hop* nas aulas de Articulação e Saberes e Arte, poesias nas aulas de Língua Portuguesa e Cultura nas aulas de Língua Inglesa. Em todas as disciplinas, os estudantes eram incentivados a debater sobre suas crenças e, também, a pesquisar e a produzir materiais a partir de suas reflexões.

Dias (2018) afirma que a cultura do *Hip Hop* vem ocupando um espaço cada vez mais rico em práticas educacionais, justamente por oportunizar reflexões por meio de sua interdisciplinaridade e aplicabilidade às diferentes realidades dos estudantes. No decorrer dos múltiplos encontros nas variadas disciplinas, Soares (2023) identificou que o projeto possibilitou que os alunos se conscientizassem acerca do racismo, e se aproximassem da cultura afro-brasileira e refletissem sobre seu poder de ação e transformação social enquanto residentes de uma cidade cuja construção da narrativa sobre sua formação é marcada pela cultura teuto-brasileira. Vale destacar que o projeto foi inicialmente desenvolvido em 2020 e, por isso, as propostas foram desenvolvidas via *Google Classroom*, em função das restrições decorrentes da pandemia da COVID-19.

Seguindo essa linha, o projeto Escola de Todas as Cores, abordado na tese de Oliveira (2022), também ocorreu durante a pandemia. Durante quase um ano, a pesquisadora acompanhou os professores das disciplinas de Geografia, História, Artes, Matemática e do Atendimento Educacional Especializado nos seus encontros com as diversas turmas do Ensino Fundamental - Anos Finais. De início, os encontros semanais, com duração aproximada de duas horas, eram destinados a rodas de conversa sobre a temática racial com convidados externos.

Um ponto interessante do projeto foi o fato de que, após alguns encontros, professores e alunos se reuniram para avaliar o andamento dos encontros. Tal perspectiva se alinha com os pressupostos básicos da pedagogia de projetos, que visa habilitar e incentivar o aluno a questionar e reavaliar o andamento das etapas de ação, considerando seu conhecimento prévio e seu protagonismo no processo de ensino-aprendizagem (Hernández-Hernández; Anguita, 2025). A partir deste momento, os encontros foram planejados com base, também, no que os



alunos estavam interessados em aprender, abordando temáticas como o uso consciente e antirracista das mídias sociais e a importância das cotas raciais. E, após mais alguns encontros, outra reunião foi estabelecida, e ficou acordado que a segunda etapa do projeto seria a leitura coletiva do livro “Diário de Bitita”, de Carolina Maria de Jesus, a fim de fundamentar discussões sobre temas que permeavam o cotidiano dos estudantes em questão.

A partir da exposição desses trabalhos, nota-se que, mesmo com diversos obstáculos impostos pela pandemia da COVID-19, ainda foi possível ressignificar práticas e proporcionar uma aprendizagem significativa para os alunos de maneira remota. Afinal, já se sabe que o isolamento durante a pandemia demandou grande esforço de adaptação aos professores, os quais tiveram que conhecer novas ferramentas e modos de desempenhar a função, despendendo mais tempo e energia em atividades do trabalho as quais, por estarem sendo realizadas em casa, diluíram as fronteiras entre trabalho e descanso (Baade *et al.*, 2020), implicando, muitas vezes, quadros de esgotamento. E, ainda assim, os professores em questão conseguiram desenvolver novas práticas para estimular a reflexão crítica e contextualizada dos educandos.

O trabalho de Oliveira (2017) foi desenvolvido ao acompanhar a implementação do projeto A Cor da Cultura nas aulas de Língua Portuguesa e História destinadas às turmas de 9º ano de uma escola municipal. Aqui, cabe destacar que o projeto A Cor da Cultura surgiu após a implementação da Lei nº 10.639/03 (Brasil, 2003) e foi desenvolvido pela Fundação Roberto Marinho, com apoio financeiro da Petrobrás e institucional do Ministério da Educação e da Fundação Palmares, para desfazer o estereótipo negativo que foi construído sobre os afro-brasileiros (Santana; Gabarra, 2012). É um projeto governamental que almeja produzir *kits* de vídeos e distribuí-los para capacitações dos professores da rede pública municipal. No projeto observado por Oliveira (2017), os materiais fornecidos foram incorporados a outras recomendações das professoras. Para as aulas de Língua Portuguesa, a professora separou 45 livros paradidáticos que deveriam ser lidos e debatidos em sala. Enquanto isso, nas aulas de História, os estudantes deveriam fazer uso de suas leituras, além de procurar outros materiais sobre temáticas sociais, para produzir um jornal, que seria exposto para os demais colegas.

A presente revisão de escopo encontrou dois estudos sobre projetos que foram desenvolvidos não apenas por professores, mas também por gestores educacionais, o que pode ter contribuído para uma implementação bem-sucedida e para a permanência do projeto ao longo dos anos. É o caso do projeto acompanhado por Conceição (2022), cuja idealização partiu dos gestores educacionais que, no início de novembro, propuseram aos professores que planejassem diferentes atividades com a temática racial para as turmas do Ensino Fundamental



- Anos Finais. Assim, nasceu o projeto Kizomba, que ocorreu em uma escola estadual entre os anos de 1988 e 2002, antes mesmo da promulgação da lei supracitada. Ao longo dos quase 15 anos de projeto, os estudantes eram incentivados a produzir materiais artísticos, debater com os colegas e participar de leituras mediadas. As apresentações ocorriam durante uma semana específica para toda a escola, retratando o caráter coletivo do projeto em que todos os alunos, professores e gestores podiam apreciar a culminância das propostas.

O segundo projeto pedagógico desenvolvido por professores e gestores foi aquele exposto por Ribeiro (2016), voltado tanto para estudantes do Ensino Fundamental - Anos Finais, quanto para alunos do Ensino Médio. Desde sua implementação em 2009, o projeto Consciência Negra esteve vinculado ao projeto de leitura da escola. Sua idealização partiu dos gestores escolares, que oferece aos professores momentos de discussão com representantes do movimento negro e de leituras sobre educação antirracista, a fim de capacitá-los e incentivá-los a abordar o tema em sala de aula. Então, os professores, juntamente com a coordenação, iniciam seus trabalhos com as turmas por meio da realização de leituras de textos e músicas acerca de questões raciais, as quais se estendem durante os meses de outubro e novembro. Ao final, as turmas apresentam suas perspectivas e reflexões por meio de danças, vídeos, oficinas e peças teatrais apresentadas à comunidade escolar.

Um elemento a ser destacado é que, em ambos os estudos de Conceição (2022) e Ribeiro (2016), grupos musicais formados exclusivamente por alunos surgiram a partir dos projetos. No estudo de Ribeiro (2016), inclusive, é relatado que o grupo já havia se formado, e seguia se apresentando na escola em datas comemorativas. Novamente, o elemento artístico aparece em evidência. A música, especificamente, funciona como uma das mais poderosas formas de expressão cultural entre a população afro-brasileira, sendo compreendida e vivida como um meio de resistência, reconstrução identitária e preservação da memória (Ferreira; Silva, 2025). Não é por acaso, então, que em projetos pedagógicos voltados para a educação antirracista, a música apareça como protagonista, visto que é essa a sua relevância para o povo negro brasileiro.

Por fim, ao adentrar a análise dos projetos pedagógicos voltados especificamente para uma educação antirracista no Ensino Médio, aparecem os trabalhos de Chikushi (2022) e Costa *et al.* (2024). A dissertação de Chikushi (2022) aborda o projeto Africanidades, desenvolvido pela própria autora enquanto professora de Sociologia de uma escola estadual, no mês de novembro de 2020, ao identificar que os próprios estudantes apresentavam resistência para



discutir sobre o assunto em sala de aula. Assim, a professora iniciou o projeto estabelecendo a relação entre questões raciais e o conteúdo programático de sua disciplina, e os encontros ao longo do mês foram divididos em três momentos: inicialmente, a professora coletava as percepções iniciais dos alunos sobre os mais variados aspectos das questões raciais; depois, as aulas eram voltadas para discutir sobre os diferentes tipos de racismo e suas formas de manifestação e, por último, a professora introduziu aos estudantes as teorias de Florestan Fernandes e Gilberto Freyre sobre democracia racial, instigando o debate sobre as iniquidades raciais no Brasil. No decorrer do projeto, a autora percebeu que os estudantes ressignificaram suas percepções e crenças acerca da negritude e da discriminação racial, sinalizando um maior arcabouço para identificar situações discriminatórias e rever práticas e atitudes outrora normalizados.

E, por fim, o projeto Afrocientista, desenvolvido por Costa *et al.* (2024), buscou apresentar as aulas de química como lócus pertinente ao combate ao racismo estrutural, abrangendo temáticas comuns relacionadas à ciência e à negritude e incentivando estudantes de uma escola pública a ressignificarem suas representações sobre negritude. O projeto foi desenvolvido em 2020, durante a pandemia da COVID-19 e, frente a essa especificidade, os encontros foram ministrados *online*, e as discussões articulavam a química de saneantes dos álcoois e os discursos sobre os elementos da ciência, mídia e pandemia.

Ante o exposto, percebe-se que os projetos aqui analisados, de maneira geral, concentram suas ações majoritariamente em debates e discussões mediadas, incentivando o protagonismo do estudante no desenvolvimento das atividades. As práticas artísticas assumem uma posição de destaque também, ilustrando a forte herança cultural africana existente no Brasil, em especial no que tange à música e à dança. Todavia, seguindo a linha de raciocínio mencionada no início desta subseção sobre a ausência de projetos pedagógicos na Educação Infantil, também merece destaque o maior quantitativo de trabalhos direcionados para o Ensino Fundamental - Anos Finais, bem como a falta de propostas interdisciplinares nos projetos pedagógicos desenvolvidos no Ensino Médio.

No que se refere ao maior quantitativo de produções acerca de projetos pedagógicos antirracistas direcionados para o Ensino Fundamental - Anos Finais, é possível que esse seja um fenômeno relacionado aos efeitos da transição escolar que ocorre entre o 5º e 6º ano no Brasil. Isso porque este é um período marcado por alterações emocionais, físicas, cognitivas e sociais dos educandos, tais como a entrada na puberdade, a emergência do pensamento abstrato e as transformações nos relacionamentos com a família e amigos (Cassoni *et al.*, 2020; Paula *et*



al., 2018). E, em termos pedagógicos, as resoluções no sistema educacional brasileiro preconizam mudanças estruturais no cotidiano escolar, envolvendo novos professores e a compartimentalização de conteúdos (Cassoni *et al.*, 2021). Conseqüentemente, o Ensino Fundamental - Anos Finais oferece uma nova gama de possibilidades para trabalhar a interdisciplinaridade, a partir do diálogo com diferentes professores e do contato com novas disciplinas.

Ademais, é notório que, apenas no Ensino Médio, os projetos foram desenvolvidos em uma única disciplina. No Ensino Fundamental como um todo, as propostas caminharam em perspectivas interdisciplinares, com exceção apenas do projeto no contraturno retratado por Rocha (2022). Sabe-se que a interdisciplinaridade escolar, isto é, o diálogo e a relação entre um ou mais conhecimentos disciplinares da escola, nasce do fracasso da organização curricular em separar as disciplinas tradicionais, visto que a segmentação das disciplinas promove um acúmulo de informações que, quando não se apresentam de maneira integrada, pouco contribuem para a real compreensão da realidade e para a vida profissional dos educandos (Fazenda, 2011).

Mozena e Ostermann (2016) defendem que a ideia de interdisciplinaridade escolar no Ensino Médio se transformou, na prática, em multidisciplinaridade. Em outras palavras, as autoras compreendem que, ao invés almejar projetos em que diferentes disciplinas estarão unidas nas diversas etapas, os professores do Ensino Médio costumam se reunir para definir um tema e, em sequência, cada um abordar em sala de aula a relação daquele tema com sua respectiva disciplina, sem necessariamente estabelecer uma relação de seu conteúdo com as outras matérias escolares. Aqui, pode-se questionar se os achados da presente revisão apontam para o diferente perfil de trabalho dos professores que ministram disciplinas para o Ensino Médio, frente às cobranças dos vestibulares e demais avaliações externas.

De maneira geral, todos os estudos selecionados apontaram para a transformação e ressignificação dos estudantes acerca das questões étnico-raciais após a culminância dos projetos pedagógicos desenvolvidos. Os achados destacam, então, a relevância da pedagogia de projetos na formação de cidadãos protagonistas, conscientes e críticos acerca da realidade que os cerca. A partir da elaboração e do desenvolvimento de novos projetos pedagógicos acerca dessa temática, poder-se-á seguir incitando reflexões sobre as mais diversas desigualdades presentes em solo nacional, incentivando os estudantes não apenas a conhecer a história de seu país, mas também a questionar estereótipos e práticas discriminatórias relativizadas, bem como a se orgulhar da herança africana que integra a formação histórico-cultural do Brasil.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação e a sistematização científica sobre projetos pedagógicos voltados para a promoção de uma educação antirracista é um fenômeno recente, e ainda incipiente, demonstrando um possível afastamento entre a Educação Básica e o meio acadêmico. Porém, a partir da leitura cuidadosa dos trabalhos selecionados, foi possível perceber a potência dessas práticas que, quando desenvolvidas sob a ótica interdisciplinar, contando com o apoio da gestão escolar e sob uma real intencionalidade pedagógica, viabilizam que estudantes de diferentes faixas etárias se conscientizem sobre a questão racial no Brasil, entendendo o seu protagonismo na transformação social.

Evidentemente, as revisões de escopo possuem suas limitações. Por ser um método de revisão de literatura centrado em mapear a literatura existente sobre determinado tema, a revisão de escopo não avalia a profundidade ou a qualidade dos estudos individuais, comprometendo uma análise mais qualitativa sobre os achados. Além disso, a inclusão de estudos desenvolvidos em diferentes disciplinas e com estudantes de faixas etárias variadas favorece a abrangência, mas dificulta a síntese dos resultados.

Sugere-se, portanto, que pesquisas futuras investiguem de maneira mais aprofundada os projetos pedagógicos voltados para as diferentes faixas etárias, analisando com profundidade sua metodologia e aplicabilidade para contextos educacionais variados. Não obstante, vale ressaltar que a produção científica funciona, também, como meio de divulgação de práticas exitosas nas mais diversas áreas, inclusive na educação. Portanto, o presente trabalho visa reforçar a importância de uma maior aproximação entre os grandes centros universitários e os profissionais da Educação Básica, com o intuito de fortalecer o diálogo entre teoria e prática e consolidar publicações que, acima de tudo, inspirem companheiros de profissão a seguir rumos parecidos na promoção de uma educação antirracista e igualitária.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. C. F. Festival das Artes, ancestralidades em movimento: práticas artístico-pedagógicas para uma educação antirracista. **Revista Científica de Educação**, Inhumas, v. 1, n. 1, maio 2025. Disponível em: <https://seer.facmais.edu.br/rc/index.php/RCE/article/view/283>. Acesso em: 22 jan. 2026.

ALVES-BRITO, A. Panorama histórico-geográfico, político-pedagógico e epistemológico da educação antirracista na *América Ladina*. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 30, p. e300126, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/nVW6SqddSwRQvLjQJmSzLdx>. Acesso em: 22 jan. 2026.



AROMATARIS, E. *et al.* **JBI manual for evidence synthesis**. Adelaide: Joana Briggs Institute, 2024. Disponível em: <https://jbi-global-wiki.refined.site/space/MANUAL>. Acesso em: 23 jan. 2026.

BAADE, J. H. *et al.* Professores da Educação Básica no Brasil em tempos de COVID-19. **HOLOS**, [S. l.], v. 5, p. 1–16, ago. 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/10910>. Acesso em: 22 jan. 2026.

BORN, L. **Reggio Emilia na prática**. Curitiba: Iesde Brasil, 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 23 jan. 2026.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 23 jan. 2026.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 23 jan. 2026.

CASSONI, C. *et al.* School context in the transition from the early years to the final years of Elementary Education. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 37, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/R4pTT9bMVpp5SYrm8VgdQjh>. Acesso em: 22 jan. 2026.

CASSONI, C. *et al.* Transição escolar nos anos finais do ensino fundamental: revisão integrativa da literatura. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 25, p. 1-9, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/CGMq4BJdwfL6bkKxyLbxBHy>. Acesso em: 22 jan. 2026.

CHIKUSH, Y. M. **A contribuição do ensino de sociologia para o debate étnico-racial na escola**: Projeto Africanidades na Escola Estadual João de Abreu na cidade de Baraúna, RN. 2022. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/68824>. Acesso em: 22 jan. 2026.

CONCEIÇÃO, A. F. **KIZOMBA - festa da consciência negra: um projeto escolar influenciado pelo Movimento Negro (Montenegro/RS de 1988 a 2002)**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2022. Disponível em: <https://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/11387>. Acesso em: 22 jan. 2026.

COSTA, F. R. *et al.* A química de saneantes dos álcoois e a discussão sobre mídia, ciência e pandemia: a educação para as relações étnico-raciais no ensino remoto. **Ciência & Educação**,



Bauru, v. 30, p. 1-17, 2024. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/GJXWw8VcK5scPX5Rttzb8sy>. Acesso em: 22 jan. 2026.

DANTAS, A. *et al.* Trajetória da pessoa negra na Educação Básica: adversidades e proposições para o enfrentamento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 39, n. 115, p. e39115021, set./dez. 2025. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ea/a/p65FL9g8nq5z9NMdTqHsgWj>. Acesso em: 22 jan. 2026.

DANTAS, V. A.; BARBOSA, M. V. A diversidade cultural na educação infantil: por uma educação antirracista. **Educação em Revista**, Marília, v. 26, p. e025005, abr. 2025. Disponível em:
<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/15454>. Acesso em: 22 jan. 2026.

DIAS, C. C. **Por uma pedagogia hip-hop**: o uso da linguagem do corpo e do movimento para a construção da identidade negra e periférica. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em:
<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-12122018-152518/pt-br.php>. Acesso em: 22 jan. 2026.

DOMINGUES, P. A Lei 10.639/03 e o ensino de história e cultura afro-brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 55, p. e11162, 2025. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/cp/a/Lt3WySFKr4b6KRmt5y8WK8d>. Acesso em: 22 jan. 2026.

DONGO-MONTOYA, A. O. **Piaget e Freire**: do construtivismo à educação libertária e solidária. Curitiba: Editora Appris, 2024.

ESCAYG, K.-A. Exploring anti-racism in Early Childhood Education: teacher identity and classroom practices. **Exchange Press**, p. 11-13, maio/jun. 2019. Disponível em: <https://ccie-catalog.s3.amazonaws.com/library/5024711.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2026.

FAZENDA, I. C. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 18. ed. Campinas: Papirus, 2011.

FERREIRA, C. R.; SILVA, R. A. N. Cultura, identidade e resistência: a música preta como expressão de afirmação. **Revista Nanduty**, Dourados, n. 21, p. 254-274, set. 2025. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/nanduty/article/view/19390>. Acesso em: 22 jan. 2026.

FONSECA, M. V. **Concepções e práticas em relação à educação dos negros no processo de abolição do trabalho escravo no Brasil (1867-1889)**. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

FREIRE, P. Educação “bancária” e educação libertadora. *In*: PATTO, M. H. S. (org.). **Introdução à psicologia escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997, p. 61-78.

GOMES, N. L. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, N. L. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Revista de Filosofia Aurora**, Curitiba, v. 33, n. 59, p. 435-454, ago. 2021.



Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/aurora/article/view/27991>. Acesso em: 22 jan. 2026.

GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 134-158, dez. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/8rz8S3Dxm9ZLBghPZGKtPjv>. Acesso em: 22 jan. 2026.

GONÇALVES, R. C. Quinze anos da Lei 10.639/03 - avanços e retrocessos. **RIDPHE_R: Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 434-439, dez. 2018. Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/article/view/9762>. Acesso em: 22 jan. 2026.

GROSFOQUEL, R. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOQUEL, R. (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 55-77.

HERNÁNDEZ-HERNÁNDEZ, F; ANGUITA, M. **Uma pedagogia desobediente: tecendo a sala de aula e a vida escolar a partir de projetos de indagação**. Porto Alegre: Penso, 2025.

LEITE, L. H. A. Pedagogia de projetos: intervenção no presente. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, v. 2, n. 8, p. 24-33, mar./abr. 1996. Disponível em: <https://edufisescolar.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/03/pedagogia-de-projetos-de-lc3bacia-alvarez.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2026.

MENDES, A. A.; MÜLLER, M. G.; MARQUES, N. L. R. A pedagogia de projetos de trabalho e a perspectiva histórico-cultural de Vigotski: uma proposta de intervenção. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 27, p. 1-23, nov. 2024. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/22097>. Acesso em: 22 jan. 2026.

MENDONÇA, E. C. **Projeto Pafundi: criança feliz aprende melhor! Afroletramento, transversalidade e pertencimento afro na escola: uma experiência pretagógica**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/54743>. Acesso em: 22 jan. 2026.

MOZENA, E. R.; OSTERMANN, F. A interdisciplinaridade na legislação educacional, no discurso acadêmico e na prática escolar do Ensino Médio: panaceia ou falácia educacional? **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, Florianópolis, v. 33, n. 1, p. 92-110, abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/2175-7941.2016v33n1p92>. Acesso em: 21 jan. 2026.

OLIVEIRA, C. L. **Educação antirracista em contexto de pandemia: o projeto Escola de Todas as Cores**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_MINS_261edfa7bf7025bd6752de5584146641. Acesso em: 23 jan. 2026.



OLIVEIRA, L. R. “**Não sou negro de alma branca**”: diálogos e práticas pedagógicas para uma educação intercultural crítica e decolonial por meio do Projeto A Cor da Cultura. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.unirio.br/ppgsan/ppgedu/1f4c2dissertacoes/1f4c2repositorio-de-dissertacoes/1f4c22017/dissertacao-ppgedu-luciana-ribeiro-de-oliveira/view>. Acesso em: 22 jan. 2026.

PAULA, A. P. *et al.* Transição do 5º para o 6º ano no ensino fundamental: processo educacional de reflexão e debate. **Ensaios Pedagógicos**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 33-55, jul. 2018. Disponível em: <https://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/v8/v8-artigo-3-TRANSICAO-DO-5-PARA-O-6-ANO-NO-ENSINO-FUNDAMENTAL.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2026.

PESSOA, C. Raça ainda é fator determinante no acesso à educação no Brasil. **Agência Brasil**, Brasília, 22 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/educacao/audio/2024-03/raca-ainda-e-fator-determinante-no-acesso-educacao-no-brasil>. Acesso em: 23 jan. 2026.

PETERS, M. D. J. *et al.* Updated methodological guidance for the conduct of scoping reviews. **JBI Evidence Implementation**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 3-10, out. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33038124>. Acesso em: 22 jan. 2026.

RIBEIRO, E. **Projeto Consciência Negra**: relações e posicionamentos de estudantes de uma escola de Guarulhos: 2009 a 2015. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19125>. Acesso em: 22 jan. 2026.

ROCHA, D. F. F. A “**Dança Afro-Brasileira Cênica**”: experiências pedagógicas em projeto de contraturno escolar. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022. Disponível em: <https://dspace4.ufes.br/items/8ea6302c-b34d-4029-897e-3b922fb41e13/full>. Acesso em: 22 jan. 2026.

RODRIGUES, L. IBGE revela desigualdade no acesso à educação e queda no analfabetismo. **Agência Brasil**, Brasília, 7 jun. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-06/ibge-revela-desigualdade-no-acesso-educacao-e-queda-no-analfabetismo>. Acesso em: 26 jan. 2026.

SANTANA, A. R.; GABARRA, L. O. Projeto A Cor da Cultura: uma experiência de implementação da Lei nº 10.639/03. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 20-37, ago./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5447>. Acesso em: 22 jan. 2026.

SANTOS, A. N. S. *et al.* Política educacional e branquitude – a presença-ausência do negro e da educação antirracista nas reformas educacionais. **ARACÊ**, [S. l.], v. 7, n. 4, p. 19842-19877, abr. 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/4613>. Acesso em: 22 jan. 2026.



SANTOS, S. M. A. V. A importância de ensinar por meio de projetos. **Revista Contribuiciones a las Ciencias Sociales**, v. 17, n. 3, p. 1-14, mar. 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/5766>. Acesso em: 22 jan. 2026.

SILVA, I. F.; DAVI, T. N. A pedagogia de projetos nos anos iniciais do Ensino Fundamental: construindo conhecimentos e habilidades. **Cadernos da FUCAMP**, Monte Carmelo, v. 17, n. 31, p. 137-158, 2018. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/1545>. Acesso em: 22 jan. 2026.

SILVA, I. N. C.; MONTENEGRO, R. K. A. Pedagogia de projetos no cenário educacional contemporâneo: formação e eficiência. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 11, n. 4, p. 1540-1556, abr. 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/17857>. Acesso em: 22 jan. 2026.

SILVA, P. T. **Deus é uma mulher preta?:** as representações sociais construídas por mulheres negras idosas do Distrito Federal sobre seus envelhecimentos. 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/handle/10482/47021>. Acesso em: 22 jan. 2026.

SILVA, P. T.; CHARIGLIONE, I. P. F. S. Intelectualidade negra brasileira: um estudo de revisão de literatura. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 23, n. 68, p. 362–383, ago. 2025. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/7768>. Acesso em: 5 jan. 2026.

SOARES, J. G. **Cultura urbana e hip hop na educação física:** um projeto escolar de educação antirracista no município gaúcho de Novo Hamburgo. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/263187>. Acesso em: 22 jan. 2026.

SOUZA, L. B. P. A importância da educação antirracista na educação infantil: séries iniciais. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 5, p. 253-268, maio 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/9613>. Acesso em: 21 jan. 2026.

TRICCO, A. C. *et al.* PRISMA extension for scoping reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation. **Annals of Internal Medicine**, [S. l.], v. 169, n. 7, p. 467-473, out. 2018. Disponível em: <https://www.acpjournals.org/doi/10.7326/M18-0850>. Acesso em: 22 jan. 2026.

ULGUIM, S. R. *et al.* Racismo no ensino superior: representações sociais de estudantes negros. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 23, n. 68, p. 89-105, ago. 2025. Disponível em: <https://revistaboletimconjuntura.com.br/index.php/boca/article/view/7656>. Acesso em: 22 jan. 2026.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

